

# ALGUMAS PALAVRAS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES E CONFLITOS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE JUNHO DE 2013<sup>1</sup>

SOME WORDS ABOUT THE MANIFESTATIONS AND SOCIAL CONFLICTS IN RIO  
DE JANEIRO SINCE JUNE 2013

**Denílson Araújo de Oliveira**

Professor do departamento de Geografia da UERJ-FFP

araujo.denilson@gmail.com

**Resumo:** Nos últimos meses em mais de 1000 cidades no Brasil um conjunto de mega-manifestações inéditas na história de nosso país revirou o debate político nacional. Essa multiplicação de eventos que já estavam ocorrendo em vários países e ganhou dimensão espacial na grande mídia corporativa em várias cidades brasileiras, demonstra que o 'espírito de combate' já estava aqui à espera do melhor momento para se manifestar. Todavia, alguns questionamentos se colocam. Quais os significados destas manifestações e o que elas apontam? Essas são as questões que norteiam esse debate.

**Palavras-Chaves:** Manifestações, Conflitos Sociais, Mega-eventos.

**Abstract:** In recent months over 1000 cities in Brazil a number of mega-events unprecedented in the history of our country clinched the national political debate. This multiplication of events that were already taking place in several countries and won spatial dimension in the mainstream corporate media in several Brazilian cities, shows that the 'fighting spirit' was already here waiting for the best time to manifest. However, some questions arise. What are the meanings of these events and what they point? These are the questions that guide this debate.

**Key Words:** Demonstrations, Social Conflicts, Mega-events

## 1. Introdução

Nos últimos meses um conjunto de manifestações tomaram todo o país e modificaram o cenário político nacional. Essa tomada das ruas revela um contexto complexo de vozes polissêmicas com muitas ambigüidades, acontecimentos intensos e acelerados. Assim, as palavras necessitam serem bem escolhidas para evitarmos o perigo de

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão alterada do texto original que foi criado em forma de carta a um amigo uruguaio sobre as manifestações no Rio de Janeiro a partir de junho de 2013 cujo nome era: *Algumas Palavras sobre as Manifestações e Conflitos Sociais no Rio de Janeiro a partir de junho de 2013: carta a um amigo uruguaio.*

envelhecerem rapidamente e apropriadas pelos discursos conservadores. Interpretar também é uma forma de agir. Essa foi à tentativa. Só o tempo dirá se foi acertada.

Há tanta coisa acontecendo que um olhar apressado pode se perder no turbilhão de eventos. Assim, assumir um ar de observador imparcial, neutro, objetivo, seguro, dos fatos e dos acontecimentos, como diria Paulo Freire, reforça pensamentos conservadores. Concordamos com Freire (1996, p. 15-16) quando afirma que isso não nos afasta “de uma posição rigorosamente ética. Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele”.

Mas o que está acontecendo? Para onde estamos indo? Essas perguntas que vários estudiosos estão tentando compreender. Ainda não temos clareza de possíveis respostas. Sinalizaremos neste artigo alguns breves apontamentos.

## **2. Reinvenção da política no Brasil?**

O que está acontecendo? É difícil entender e explicar a situação do Brasil de hoje após as insurreições populares e conflitos sociais do segundo semestre de 2013. Nos últimos meses em mais de 1000 cidades no Brasil um conjunto de mega-manifestações inéditas na história de nosso país revirou o debate político nacional. As pessoas em diferentes cidades (re)descobriram “as potencialidades e a riqueza da manifestação pública, da passeata” (VAINER, 2013). Os manifestantes eram um público diverso, complexo e, às vezes, contraditórios que abarcava desde infiltrados que buscavam fazer quebra-quebra para criminalizar as manifestações e fortalecer bandeiras da direita aos estudantes secundaristas, universitari@s, professor@s, militantes da esquerda e de movimentos sociais, gays, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros, mulheres, negros, jovens, pequeno número de idosos, descontentes e indignados com o sistema. Há vários exemplos históricos de acontecimentos aparentemente localizados que são detonadores de uma série processos em escalas e contextos a princípio inesperados.

A história não segue um ritmo contínuo nem um trajeto linear: ela se acelera, se entorta, desacelera, se realinha. Lênin dizia que “há dias da

história que se passam em anos, e há anos da história que se passam em dias”. Nestes momentos de aceleração, onde tudo parece possível, aqueles que buscam a transformação social estão desafiados a desvendar e explorar todas as possibilidades (VAINER, 2013).

Creio que vivemos este período em que se rompeu a represa e várias forças estão em disputa acerca da definição e interpretação do real. Essa multiplicação de eventos que já estavam ocorrendo em vários países e ganhou dimensão espacial na grande mídia corporativa em várias cidades brasileiras demonstra que o ‘espírito de combate’ já estava aqui à espera do melhor momento para se manifestar (SAFATLE, 2012). O espírito desta época tem as rebeliões como marca. Mas como seremos um dos centros da acumulação capitalista durante essa década com as obras da Copa do Mundo, Olimpíadas, Pré-sal, Instalações do COMPERJ, Porto Maravilha, Complexo Portuário do Açu e as inúmeras obras com volumes trilhonários avaliar tais revoltas aqui no Rio de Janeiro oferece um interessante prisma do atual momento do capitalismo.

A rotina aqui no Rio de Janeiro, e creio que em todo o Brasil, mudou. Há uma politização do cotidiano e uma ruptura do movimento contínuo que naturalizava violências como instrumento de dominação. Diariamente os jornais locais noticiam manifestações, atos públicos e reivindicações de diferentes categorias em diferentes partes da cidade e em diferentes cidades, no entanto, as mídias interativas como as redes sociais são protagonistas da organização, articulação e comunicação da informação. Mas é importante que não sejamos ingênuos, a direita também está nas ruas com suas propostas que agradam e mantém o *status quo* dos setores conservadores da sociedade, pois o que está em questão são os seus privilégios históricos e suas vantagens econômicas que usurpam (MEMMI, 2007) os mais pobres, ‘indígenas’, mulheres, quilombolas, povos de terreiros, homossexuais, bissexuais, transexuais, transgêneros, populações tradicionais, pessoas com necessidades especiais e os negros. Estamos vendo “uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (CARNEIRO, 2012, p. 07). Todavia, é importante ressaltar que a politização do cotidiano não data de agora, em verdade, elas emergem no cenário da grande mídia corporativa neste momento, mas tem se revelados em atos públicos há muito tempo. Estudantes, pesquisadores, intelectuais, militantes, movimentos sociais, organizações políticas de direitos humanos,

moradores de morros, favelas, especialmente as removidas ou sob ameaça de remoção para megaempreendimentos tem apresentado ações variadas de protestos em um número e volume nunca antes vistos em nosso país.

Como tem sido alvo dos protestos e vê seus privilégios ameaçados, a grande mídia corporativa também tem convocado os seus *intelectuais orgânicos da dominação* (GRAMSCI, 1982) a agirem rápida e preventivamente para conter uma possível revolução ativa emancipatória em curso (Idem). A retórica intransigente e reacionária (HIRSHMANN, 1992), a retirada do protagonismo e a despolitização do debate através da divisão dos manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos” tem sido a marca destes “persuasores permanente” (GRAMSCI, 1982), especialmente a Rede Globo de Televisões que tem o monopólio da transmissão dos mega eventos. Segundo Hirschman (Idem) essa *retórica intransigente* aponta, pelo menos, três reações aos avanços à criação de direitos sociais historicamente instituídos. A tese da perversidade ou do efeito perverso, a tese da futilidade e a tese da ameaça (Idem).

De acordo com a tese da *perversidade*, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social e política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da *futilidade* sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão “deixar uma marca”. Finalmente, a tese da *ameaça* argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior (Ibidem, p. 15/16).

Hirschman (*op. cit.*) afirma que tais argumentos não são exclusividade dos conservadores, mas são mais típicos entre esses no ataque a políticas progressista propostas ou existentes. Essa *retórica intransigente* busca despolitizar as lutas afirmando-as inicialmente como desorganizadas e sem lideranças. No entanto,

No mundo atual, o progresso na produção da consciência vai se dar mediante a ampliação das organizações, mas também a partir de manifestações desorganizadas. Essas organizações, de uma forma ou de outra, são limitantes de qualquer movimento. As organizações são, por definição, um freio às inovações, pois a organização começa por eleger seus líderes, cujo comportamento um dia ou outro se distingue do comportamento dos liderados (SANTOS, 2000, p. 18).

Isto é, dizer que os atos e as manifestações são desorganizadas, pois não tem uma liderança além de silenciar os debates e articulações pelas redes sociais, reforçar a indiferença que a grande mídia tem historicamente reproduzido com as ações de cunho popular. Ademais, não consegue compreender a riqueza de tais ações, pois dizer que são ações desorganizadas não significa fraqueza política (SANTOS, 2000), até mesmo porque essa chamada desorganização vem produzindo um dos movimentos mais forte da história recente brasileira. Esse movimento não é mais organizado nos moldes antigos (SOARES, 2013b).

Num primeiro momento ao reproduzir essa *retórica intransigente* e passar a ser hostilizada, a grande mídia corporativa passou a disputar o sentido do movimento, como ele deve lutar, que práticas são postas como legítimas, para onde deve seguir a luta, o que aconteceu até agora e o que acontece, pois as transmissões ao vivo legitimam implicitamente práticas policiais violentas. Essas ações da grande mídia corporativa têm impulsionado os setores conservadores.

A direita organizada percebeu a oportunidade, foi para as ruas e influenciou diretamente as manifestações, via carros de som, faixas e slogans de grupos como o “Movimento Brasil”, ou mesmo através de milícias pagas para atacar os militantes de partidos de esquerda e movimentos sociais combativos, que chegaram a ser espancados por bate-paus da reação em várias cidades do país, algumas vezes com respaldo de parte da massa, ao som do coro “sem partido” (MATTOS, 2013b).

Nas primeiras semanas de junho de 2013 quando a Rede Globo de Televisões e as outras emissoras abertas começaram de forma cética a transmitir as manifestações, o discurso perene e arrogante era de que não eram algo importante, estavam gerando trânsito, arruaça, baderna e indo contra ‘o direito de ir e vir do cidadão brasileiro’. O legado colonial inscrito na grande mídia corporativa sempre foi à produção de *não existências*, através da ridicularização e criminalização dessas lutas sociais.

Só no trecho que transito diariamente entre as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo as lutas e os conflitos sociais são quase que diários nos últimos 25 anos multiplicando-se, no tecido social, de formas diferenciadas, dispersas e fragmentadas através de manifestações de protesto, insatisfação e resistência (VAINER, 2013). No atual momento, “o *lôcus* do fazer político no Brasil se deslocou para as ruas ultrapassando a

institucionalidade” (PORTO-GONÇALVES & SOARES, 2013) colocando em cheque o modelo histórico concentrado e excludente. Daí as críticas ao padrão FIFA na construção dos Estádios de futebol, pois deixou claro para a população comum, o mundo como ele é e o mundo como ele poderia ser diferentes nas esferas da saúde, educação, segurança pública, entre outros.

### **3. Ideologias exportadas para o Brasil e o Mundo**

Nos últimos anos um consenso buscou ser estabelecido. Nos discursos do ex-presidente Lula, da presidenta Dilma Roussef, do governador Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes passaram afirmar que as políticas públicas nas três esferas de governo (União – Estado – Município) e os investimentos dos megaempreendimentos e mega-eventos teriam diminuído significativamente a pobreza e a miséria. Em algumas propagandas políticas partidárias da presidenta Dilma foram divulgadas que tais ações teriam eliminado a grande pobreza e a miséria sendo que agora estaríamos em direção a um novo salto para o desenvolvimento. Esse discurso que mascara violências contra as populações subalternizadas foi à base para a difusão da ideologia da *nova classe média*. Esse pacto político não seria possível sem uma forte articulação com a grande mídia corporativa que tem, a cada ano, diminuído a sua audiência e aumentado os questionamentos no espaço público.

[...] os dominantes não apenas difundem sua ideologia, como acreditam nela. A Rede Globo não apenas projeta um mundo fictício através de suas mensagens como, ela também, é envolvida pela mistificação que produz. Por incrível que pareça, a Rede Globo acredita na Rede Globo. Os marqueteiros acreditam em sua marquetagem política e social. E não conseguem conectar-se e compreender o mundo que escapa a suas construções imagéticas e suas mitologias (VAINER, 2013).

Tal discurso tem se demonstrado tão frágil, pois confunde o econômico com o político. Isto é, alargou-se a base de consumo ao trazer novos consumidores *mais-que-perfeitos* (SANTOS, 1987) para o mercado sem eliminar os padrões históricos de desigualdades, privilégios, usurpações, vantagens econômicas (MEMMI, 2007) e violências que, por exemplo: 1- não permitem aos pobres terem condições dignas de moradia no

campo e na cidade; 2- não questionam o modelo de urbanização corporativa concentrador e excludente que tem, por exemplo, reforçado o *racismo ambiental* sob o pretenso discurso de mais investimento nacional e estrangeiro e mais emprego para os negros e pobres das periferias urbanas.

No ano que o país está completando 125 anos de uma dita abolição da escravidão e 25 anos de uma nova constituição que teria sacramentado o fim da ditadura militar, os movimentos de protesto que tomaram as ruas tem demonstrado que persiste as heranças de uma sociedade colonial escravocrata e ditatorial nas políticas públicas, nas ações policiais violentas do Estado contra manifestantes, no genocídio do povo negro e pobre, na violação de direitos e precarização da vida dos moradores de morros, favelas e periferias sociais.

A tentativa de aumento das passagens só foi uma das inúmeras ações contra os moradores pobres e os estudantes cotistas que o governo estadual em parceria com as prefeituras da região metropolitana tem criado. Uma das principais ações criadas pelo governo estadual contra os cotistas das universidades, além da difusão dos discursos meritocráticos pelos intelectuais orgânicos da dominação racista, a burocratização, precarização através da terceirização e a diminuição das bolsas tem sido as UPP's (Unidades de Polícia Pacificadoras) na cidade do Rio de Janeiro.

O foco da atuação das UPP's tem retirado a criminalidade dos *espaços vitrines* (ROLNIK, 1988) da cidade do Rio de Janeiro que serão alvo da Copa do Mundo, Olimpíadas e de paisagens emblemáticas para o turismo. Essa ação tem empurrado a criminalidade para os espaços onde vive a população pobre, em sua maioria negra, da cidade do Rio de Janeiro e de toda a metrópole. Este fato tem aumentado o padrão de conflitividade nestas áreas aonde vivem, justamente a grande maioria dos alunos cotistas. Na universidade onde leciono, na Faculdade de Formação de Professores da UERJ no bairro do Patronato, município de São Gonçalo, tenho percebido que existe uma grande dificuldades dos professores terminarem os últimos turnos à noite, pois os alunos não podem ficar até o final, pois: 1- não tem mais ônibus circulando para as suas residências; 2- o aumento de tiroteios com bandidos das antigas áreas de UPP's que se deslocaram para essas novas áreas e estão disputando novos territórios; 3- pessoas armadas nas ruas e o aumento do consumo de drogas gerando sensação de insegurança nestas localidades; 4- as

alunas com receio de sair tarde devido o aumento da insegurança, pois tem crescido casos de estupros.

A precarização da vida dos estudantes e dos professores tem crescido, pois tem aumentado tiroteios na proximidade da faculdade e com vários momentos de fechamento de suas instalações nos últimos anos. Portanto, são várias questões que estão sendo colocadas em jogo.

#### **4. Mera questão conjuntural?**

Nesta época de grandes perplexidades e conflitos voltarmos para a *práxis* têm sido uma necessidade fundante das greves, atos públicos e manifestações das ruas aqui no Brasil. As lutas não são apenas pela afirmação de direitos, mas também, pelo fim da violência, da perseguição, humilhação, ameaças de despejos, remoções, assassinatos e genocídios que pobres, ‘índios’, populações tradicionais, negros, gay, lésbicas, transexuais, povos de terreiros, travestis, portadores de necessidades especiais, transgêneros, moradores de ruas, sem teto, sem terra, moradores de favelas, quilombolas, mulheres,... que tem sofrido em todo o Brasil. As reivindicações apontam padrões de conflitividades que revelam o esgotamento do projeto de cidade e de país voltado para os Mega Eventos e Mega Projetos. Mas, como adverte o Žižek, o dia seguinte é o momento da tarefa mais árdua, pois a luta precisa ser travada também em outras escalas, contextos e esferas, na medida em que vêm à tona os desdobramentos da contestação, demandando outras formas de ação política, sob pena de serem engolidos pela agenda da direita (NOGUEIRA, 2013) como a Rede Globo de Televisões, e os seus *intelectuais orgânicos*, Arnaldo Jabor e Merval Pereira tem buscado cimentar as fraturas do *bloco histórico de poder* (GRUPPI, 2000 [1978]). Desta forma, não podemos e nem devemos ficar inebriados com o calor das mega-manifestações (VAINER, 2013; ŽIŽEK, 2012) do momento e com o uso político das tecnologias informacionais criadas pelas redes sociais. O dia seguinte, isto é, o momento da luta mais árdua, convoca a tarefa de materialização do alargamento do conceito de justiça social que no dizer de Nancy Fraser (2007, p. 103) nos coloca num grande desafio. “A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as

reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença”.

Percebe-se que o centro das manifestações não é o discurso de melhorar a ação do governo, ou seja, uma espécie de “melhorismo” (AGGIO, 2013) que *vê o futuro repetir o passado*, mas questionar além do *modus operandi* e do operador, as violências históricas que impedem de outros sujeitos falarem, serem ouvidos e se tornarem protagonistas.

A persistência das manifestações, o aumento de manifestantes e os questionamentos ao *bloco histórico de poder* (Grande Mídia Corporativa, Estado e Capital Privado) fazem emergir ‘novos’ discurso emancipatórios e ao mesmo tempo novos conflitos.

Diante da persistência e crescimento das multidões nas ruas, o “partido da ordem” se realinhou. Governantes, mídia corporativa e políticos de direita começaram a elogiar as mobilizações como exemplo de cidadania, mas introduziram dois novos elementos no discurso que difundiram. O primeiro foi uma distinção: entre os cidadãos pacíficos e ordeiros nas ruas defendendo “um Brasil melhor” e a horda de “vândalos” e “radicais”, estes últimos os que estariam envolvidos em depredações e choques com a polícia. O segundo foi uma pauta: os manifestantes se mobilizavam (ou deveriam se mobilizar) contra a corrupção, contra os políticos em geral e, particularmente, rechaçavam (ou deveriam rechaçar) os partidos de esquerda, cujo objetivo seria se aproveitar das mobilizações para dirigir as massas para bandeiras que não seriam as suas (MATTOS, 2013b).

Essa visão maniqueísta revela as mudanças de posturas que o *bloco histórico de poder* tem criado para manter a ordem das coisas.

## **5. A Grande Mídia Corporativa tentando captura a pauta**

Há dificuldades de se compreender o momento. Mas, se existe um traço que crie algum tipo de nexos entre os manifestantes de tendências de esquerda aqui no Rio de Janeiro, e talvez no Brasil, seja que os movimentos não são meramente contra bandeiras conjunturais, mas contra o sistema, como aponta o filósofo Marcos Nobre em fala disponível na internet. São *a priori* lutas contra o sistema cultural, político, econômico e social por: 1- criarem oposições ao sistema cultural eurocêntrico colonial ainda vigente marcado por privilégios, vantagens econômicas e formas de usurpação (MEMMI, 2007) do período escravocrata de mais de 300 anos e que foi aperfeiçoado com a ditadura militar.

Esses instrumentos da dominação/subordinação no Brasil estabeleceram diferentes formas de exploração de classe, opressão de gênero, de sexualidade, opressões étnico-raciais, religiosas, definindo uma sociedade de classe, racista, machista, homofóbica, fundamentalista religiosa e patriarcal. Toda e qualquer forma de ‘r-existência’ necessitava ser massacrada para não se tornar exemplo para lutas de outros grupos sociais. É importante REPETIR e RESSALTAR que essas formas de oposição às distintas formas de opressão e exploração não são de agora ou mesmo uma espontânea duração. Elas ganham a cena da grande mídia corporativa agora, mas já atuam organizadamente em diferentes escalas, esferas e contextos há décadas (e algumas lutas estão sendo travadas há séculos, como a do povo negro e das mulheres historicamente violentad@s); 2- oposição ao sistema político brasileiro (municipal, estadual e federal) dominado por máfias ilegais (associação das milícias e o poder executivo e legislativo municipal e estadual que dominam os transporte público) e legalizadas (algumas associações partidárias que buscam reproduzir privilégios historicamente constituídos) que só dialogam com os lobistas e mega-empresários (SOARES, 2013a) rebaixando a política à esfera do pragmatismo rasteiro (WEISSHEIMER, 2013) privatista. Na escala global vimos que as manifestações no Brasil criaram uma solidariedade das lutas sociais com manifestantes na Turquia e em mais de 50 cidades européias e da América do Norte. Essa solidariedade também tem escala nacional (manifestantes da cidade de São Paulo sendo solidários aos protestos no Rio de Janeiro contra o governador Sérgio Cabral e o sumiço de Amarildo, morador da favela da Rocinha (RJ) que após ter sido acusado por policiais da UPP sumiu depois de entrar no carro da polícia).

Estamos diante de uma profunda crise de legitimidade do sistema político no Brasil e as relações espúrias com a grande mídia corporativa e o setor privado. Desta forma, crescentemente as manifestações tem ganhado importância mundial ao colocaram em debate as ações tirânicas, arrogantes e espoliatórias da FIFA e dos governos (municipal, estadual e federal); 3- oposição ao sistema econômico sustentado pelos *Aparelhos Ideológicos do Estado* que tem a grande mídia corporativa como dissimuladora e parceira da feroz usurpação que os agentes do capital industrial, imobiliário e financeiro tem criado no atual período. Isto é, uma afirmação de monopólios dos recursos aos verdadeiros *brasileiros* na visão de Muniz Sodré (os que estão aqui para explora e não construir um

Brasil melhor). São movimentos anti-sistêmicos que protestam contra a espacialização da globalização totalitária do grande capital materializada nos mega-eventos, mega-projetos e megaempreendimentos que promovem uma apropriação desigual dos territórios e dos recursos. Desta forma, esta tendência anti-sistêmica politiza a economia não pelos agentes do capital; 4- oposição sistêmica ao modelo de sociedade hegemonicamente definido por um *bloco histórico de poder* que tem hoje a grande mídia corporativa como o meio que busca mascarar, silenciar e manter os privilégios coloniais, pelo consenso fabricado e pela violência. Os privilégios deste *bloco histórico de poder*, no acesso a terra (no campo e na cidade), na mobilidade urbana (as máfias dos transportes que são os principais financiadores das campanhas eleitorais municipais, estaduais e até federal), monopólio no acesso aos espaços de poder e decisão.

Um modelo de sociedade exportado para o mundo pelos *intelectuais orgânicos da dominação* e pela grande mídia corporativa de um caldeirão cultural em que negros e brancos convivem harmoniosamente numa sociedade baseada em relações cordiais e democráticas mascarou um Estado racista que historicamente foi garantindo a segurança do território criminalizando o povo negro posto pelo jargão policial como o *elemento cor padrão* – o negro como padrão de criminoso. Daí a necessidade de refundação do modelo policial e de segurança e a desmilitarização das polícias ostensivas (SOARES, 2013).

Assim, as oposições ao monopólio e ao sistema de concessão das telecomunicações, dissimuladores da violência histórica, apoiados e apoiadores da ditadura militar e grupos empresariais eram alvos evidentes nas manifestações (MATTOS, 2013a). As manifestações revelam oposições ao sistema cultural, político, econômico e social, isto é, ao *bloco histórico de poder* que tem sustentado tais posições desde o início de nossa formação.

## **6. Pacíficos ou Vândalos? Essa é a questão certa?**

Essa falsa divisão desloca o debater da violência histórica protagonizadas pelas elites para um falso binômio. Para a garantir da ordem frente aos vândalos, baderneiros e desordeiros é necessário que a mídia hegemônica difunda o sentimento de *menos-valia* da população pobre, moradora de morro, favela, periferias sociais, ‘indígenas’, negras, homo, bi, transexual e transgêneros. De forma concomitante, difundiu-se o sentimento de *mais-*

*valia* da população branca, heterossexual de classe médio-alta. O exemplo da jornalista em São Paulo que foi atingida por uma bala de borracha e a indignação dos veículos de comunicação hegemônicos não foi de perto, nem parecido com o extermínio praticado por policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) na favela da Nova Holanda, no conjunto de favelas da Maré alguns dias depois do fato ocorrido com a jornalista. Nesta linha, pobre, preto e morador de favela valem menos. (Obs. Antes da **INVASÃO** do BOPE e o assassinato de 12 moradores e um sargento do BOPE na noite de 24 de junho de 2013 na favela de Nova Holanda todos os manifestantes na cidade do Rio de Janeiro de perfil mais combativo ou mesmo infiltrados que buscavam retirar a legitimidade dos movimentos eram intensamente combatidos pela grande mídia. Nas pichações e ocupações de prédios públicos, apenas os manifestantes moradores de favelas – chamados pela grande imprensa de vândalos, marginais e baderneiros – eram georeferenciados, isto é, identificava-se a localização onde essas pessoas moravam. Em outras palavras, o *habitus* da grande imprensa marcava um discurso elitista e racista que reafirmava uma sociedade hierarquizada que historicamente tem criminalizado as favelas. Assim, o campo subliminar dos âncoras dos telejornais da Rede Globo, SBT, Band, entre outras explicitava que a morte dos moradores da favela de Nova Holanda não foi praticada pelo BOPE, mas foi culpa dos vândalos, marginais e baderneiros que levaram o BOPE a ter que agir desta forma. Aqui não só a culpa da pobreza e dos próprios pobres mas também o genocídio da juventude negra e pobre é por que eles não sabem o seu lugar).

A presença afirmativa nas ruas, próximos aos espaços de poder e decisão e os conflitos sociais abertos expressam que as lutas não se conformam ao ideal normatizante. Porém, a grande mídia corporativa busca estabelecer marcos jurídico-normativos para como as pessoas devem se manifestar ocultando que, na maioria das vezes esses mesmos marcos foram criados para que nenhuma superação do real como está seja efetiva (SAFATLE, 2012). Esse jogo expressa as disputas acerca da definição e interpretação do real.

Como diziam alguns cartazes, no Rio: “Desculpem o transtorno: estamos mudando o país”. Ou: “Não é Turquia, não é a Grécia, é o Brasil despertando da inércia”. Em outras palavras, não se muda sem turbulências. Perdão, pedestres, a cidade está em obras para servi-los. Como sabemos, reformar faz barulho. Tumultua. Não tem jeito. É claro

que a participação massiva traz problemas para a segurança pública, mas não pode ser definida como um problema de segurança. Trata-se de um dilema que está longe de ser simples, pois é preciso respeitar a liberdade de manifestação, preservar o patrimônio público e garantir os direitos violados por eventuais agressões violentas, as quais têm ocorrido, mas, é necessário sublinhar, apenas por iniciativa de minorias e contra a vontade manifesta da massa. Não há solução perfeita, nem receitas, mas princípios gerais que, observados, pelo menos reduzem os danos: a polícia não pode estar armada; e, atenção: não há armas não-letais — as assim chamadas são menos letais, porém também matam e ferem gravemente (SOARES, 2013).

A classificação moralista dos manifestantes mais combativos que utilizam à destruição anônima do patrimônio de grandes marcas e bancos como vândalas é muito simplória, pois não capta o significado de suas ações e o descrédito que a democracia brasileira tem passado, especialmente para os historicamente subalternizados. Tanto o caminho da legalidade nos manifestantes que via convencimento buscam pressionar mudanças quanto o caminho da ilegalidade dos manifestantes mais combativos revelam que *o tempo governamental* está descolado do *tempo vivido/percebido* do cotidiano da cidade dos mais pobres. As lentes desta grande mídia são míopes, daí que as notícias dos acontecimentos são pegadas nas mídias interativas. Os infiltrados que buscavam fazer quebra-quebra para tentar deslegitimar o movimento revelam que o individualismo e o oportunismo político da direita criam grandes dificuldades na definição de uma ética urbana, isto é, formas justas de viver na cidade. Contudo, a grande mídia revela a sua histórica parcialidade e sua associação ao *bloco histórico de poder* ao buscar reproduzir o discurso do caos, legitimando ações violentas da polícia, e criar pauta para as manifestações.

Tanto o caminho da legalidade quanto da ilegalidade precisam ser compreendidas. As táticas de protesto e resistência urbana à violência e autoritarismo estatal, conhecida como *Black Bloc*, diferentemente que a grande mídia, em especial a Rede Globo de Televisão transmite, visa proteger manifestantes contra a ferocidade policial (MOTTA, 2013). Sua história que remonta os *autonomistas europeus* e o *movimento de contra-cultura* do final dos anos de 1960 expressa que as ações dos manifestantes acumulam distintas experiências. Essa tática de homens e mulheres de preto que através do anonimato (rostos com máscaras ou capuzes) criam a linha de frente nas manifestações tem atuado em diversas manifestações pelo mundo desde os anos de 1980 e, nos anos de 1990, ganharam

mais força política como manifestações antiglobalização em 1998 em Gênova e em 1999 em Seattle (Idem).

A grande mídia corporativa ao fazer uma ardorosa defesa dos *espaços vitrines* para os Mega-Eventos e da ordem urbana tem explícito o extermínio da juventude questionadora que não sabe o seu lugar, ou seja, é necessário ensiná-los os símbolo da *cidadania pau-brasil*.

[...] A função do cacete é exatamente dissuadir os que tentam fugir ao espírito nacional de camaradagem, de cooperação, de patriotismo. O cacete é paternal admoestação para o operário que faz greves, para a empregada doméstica que responde à patroa, para o aluno rebelde, para a mulher que não cuida da casa, para o crioulo que não sabe o seu lugar, para o malandro que desrespeita a “otoridade”, para qualquer um de nós que não saiba com quem está falando. O porrete é para quebrar o gênio rebelde e trazer de volta ao rebanho todos os extraviados. Como diziam os bons padres da colônia, o castigo é para o próprio bem dos castigados. É um cacete brasileiro, muito cordial. É pau-brasil (CARVALHO, 1999, p. 309).

A violência foi elemento estruturante na garantia da *ordem e do progresso*, portanto na garantia de quem era cidadão Brasil. Essa ordem significou manter os subalternizados nos seus devidos lugares. Logo,

O cidadão brasileiro é o indivíduo que [...] tem o gênio quebrado a paulada, é o indivíduo dobrado, amansado, moldado, enquadrado, ajustado a seu lugar. O bom cidadão não é o que se sente livre e igual, é o que se encaixa na hierarquia que lhe é prescrita (CARVALHO, op. cit.).

Assim, cidadão é aquele que não desafia e/ou desequilibra o *bloco histórico de poder*, isto é, a “unidade de forças sociais e políticas diferentes” que estabelecem uma supremacia (GRUPPI, 2000 [1978], p. 78). A grande mídia corporativa é a principal difusora desta idéia de *bom cidadão*, logo, os questionamentos dos manifestantes a essa mídia revelam as fraturas nos centros de poder desaparecendo a sua capacidade dirigente (Idem).

## **7. Novos sentidos de direitos ...**

Intensificam-se as contestações ao *bloco histórico de poder* (Estado – Capital Privado e Mídia Corporativa) nas ruas em todo o país. A Carta Final do ENPOP (Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos) que discutiu nos dias 12, 13 e 14 de julho com militantes, movimentos sociais (do Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), moradores de favelas, periferias e comunidades pobres, estudantes, pesquisadores e organizações políticas de direitos humanos as violências de Estado e os megaempreendimentos no Rio de Janeiro apresentou duras críticas às ações de controle e extermínio das populações pobres e negras, a ampliação da gestão militarizada [e racista] da cidade, o encarceramento em massa, os processos de despejos de ocupações sem teto e remoções de favelas, a higienização e elitização dos espaços públicos [que são vitrines para o turismo], a criminalização da resistência popular e as políticas públicas conservadoras e privatizantes. Soma-se a essas críticas outras inúmeras propostas de ações como da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas:

A pauta nacional e as pautas locais são claras. Devem ser tornadas o mais concretas possível, de modo a permitir uma concentração da atenção e foco políticos<sup>2</sup>. Em primeiro lugar, é evidente, o FIM DE TODAS AS REMOÇÕES E AMEAÇAS DE REMOÇÃO.

- Revisão imediata de todos os projetos (viários ou outros) que ameacem de remoção comunidades e bairros populares.

(Na pauta nacional, esta questão se explicita com a exigência de que nem um tostão federal financie ou apóie obras que removam populações, sejam recursos do BNDES, da CEF ou de qualquer outro fundo ou rubrica orçamentária).

- Suspensão de todos os processos de privatização de equipamentos resultantes de investimentos públicos.

(Na pauta nacional, esta questão se explicita com a exigência de que nem um tostão federal financie ou apóie obras para projetos privados associados aos megaeventos ou que prevejam a privatização).

- Debate aberto e participação da população e dos movimentos na definição das políticas de transporte, habitação, educação e saúde.

- Contas abertas e transparentes.

- Participação popular nos Comitês Organizadores da Copa e das Olimpíadas (VAINER, 2013 Anexo).

---

<sup>2</sup> Pautas excessivamente longas, em momento como o atual, permitem a dispersão do foco político, a diluição em processos negociais desgastantes. Exemplo recente de pautas precisas e focalizadas foi à reivindicação da suspensão dos reajustes dos preços das passagens. Diante de pautas deste tipo, não há como tergiversar ou promover ações dilatórias e diversionistas.

Várias iniciativas têm sido delineadas. As escalas, os contextos e as esferas de atuação apontam a necessidade de mudanças sistêmicas e ‘*novos*’ *sentidos de direitos*.

As reivindicações das manifestações tem (re)politicizado o plano da justiça social através das políticas de redistribuição (como a princípio se colocaram os debates sobre o valor justo das passagens de ônibus, gastos para os mega-eventos) e as políticas de reconhecimento (manifestações contra o projeto do deputado federal Marcos Feliciano popularmente definido como projeto que visava a *Cura Gay*; manifestações sobre a liberdade sexual, contra a homofobia, o genocídio do povo negro). Aí, “[...] o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social” (FRASER, 2007, p. 107). O *governo de si* e do nós são alguns dos temas da luta popular.

As manifestações têm colocado em debate uma ética urbana e nacional, isto é, o sentido de viver na cidade e no Brasil que apontam tanto lutas por redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2007). As lutas por redistribuição eram mais visíveis nas falas dos manifestantes contra os gastos da Copa (das Confederações que estava acontecendo e a do Mundo que irá ocorrer em 2014) e dos bens sócio-espacial produzidos que estão sendo direcionados para os *brasileiros*, como aponta Muniz Sodré (1999), aqueles que vivem do Brasil, isto é, aqueles que vivem de explorar o Brasil.

Já as lutas por reconhecimento nos manifestantes que apresentavam a subordinação social histórica que tem privado, especialmente a população negra, pobre e LGBTT, da participação como iguais, a partir de suas diferenças, na vida social (FRASER, 2007). Esse *status* social diferenciado tem alimentado genocídios desses grupos sociais. Os brados por reconhecimento apontados nas manifestações não significavam apenas a valorização da identidade LGBTT e negra, como exemplo. Isso é um discurso vazio. O governo municipal da cidade do Rio de Janeiro através de uma campanha publicitária com atores da Rede Globo de Televisões com o *slogan* ‘o preconceito não rima com a cidade maravilhosa’ demonstra esse discurso vazio que não supera os processos históricos de subordinação (Idem) que tem alimentado esse genocídio, pois segundo a lógica da campanha publicitária nas outras mais de 5000 cidades no Brasil que não são conhecidas como cidades maravilhosas o preconceito rima (?) Além de não captar os conflitos e as lutas sociais, o interesse governamental reduz a idéia de cidadania à população LGBTT ao consumo.

Esse *status* diferenciado criou um *habitus* colonial nas instituições governamentais e na mídia hegemônica que tem se constituído como a base do *Estado de Exceção* imposto as populações mais pobres e negras. Assim as críticas e a busca de superação dos legados coloniais eram um dos centros das manifestações contra gestões racistas, classistas, machistas, homofóbicas, patriarcais, fundamentalista religiosa do Estado. Esses legados coloniais se expressavam na:

- Forma historicamente como foi concebido o uso político do espaço público (para as manifestações dos brancos, do sexo masculino, heterossexuais, que colocam visões economicista de classe social como a única bandeira emancipadora) estavam sendo questionados pois se aliavam ao modelo histórico concentrador e excludente brasileiro que estabeleceu as idéias de controle e ordem para garantir o progresso dos elitizados;
- A forma masculinizada e homofóbica como as idéias de emancipação historicamente foram concebidas pelos movimentos sociais no Brasil eram contestadas a partir do protagonismo feminino e com grande participação de gay's, lésbicas, bi-sexuais, transexuais, travestis e transgêneros em várias manifestações;

As feministas negras em suas lutas têm apresentado caminhos interessantes para pensar o futuro das manifestações: conquistar espaços que nos são hostis ou criar novas possibilidades do fazer político (NUNES, 2013). Vivemos as dores desse parto difícil. O fim de uma era e o começo de outra provavelmente está se desenhando. A questão é: esse novo período será marcado por um movimento conduzido por forças revolucionária ou reacionária (?) Entendo que as forças revolucionárias só conseguiram triunfar enfrentando esses inúmeros dilemas que colocam algumas questões: 1- a ruptura com a visão fragmentada da realidade colocando a pluralidade de sujeitos, identidades, projetos e devires na pauta das políticas públicas; 2- a participação deliberativa na gestão do território e da coisa pública; 3- reconhecimento de status desigual historicamente construído necessitando criar políticas afirmativas; 4- uma vida e um lugar digno para se viver para

tecer relações e relacionamentos no presente e criar condições qualificadas para as próximas gerações. Outras inúmeras questões também tem emergido e precisamos estar atentos a elas. Precisamos construir outras formas de *pensar agindo e agir pensando* com radicalidade para compreender uma série de ações e questões em curso. Para onde vamos, ainda é uma incógnita, mas a utopia nos fez caminhar e intensificou os confrontos com os inimigos.

Sabemos que esta análise é muito limitada, às vezes até simplista, e não conseguiu capturar outros sujeitos. O momento revela pouquíssimas certezas e a muitas dúvidas. Eis alguns desafios teóricos, metodológicos e políticos.

## **Bibliografia**

AGGIO, Alberto. **As ruas e a modernidade política.** Retirado de <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1591> em julho de 2013.

ALI, Tariq. O espírito da época. In: **OCCUPY: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boimtempo: Carta Maior, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e Movimentos Anti-Sistêmicos. In: MARTINS, Carlos Eduardo. *et al.* **Os Impasses da Globalização.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: **OCCUPY: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boimtempo: Carta Maior, 2012.

CARVALHO, José Murillo. Cidadania a porrete In: **Pontos e Bordados** – escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

**Carta Final do ENPOP (Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos)** dias 12, 13 e 14 de julho.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: **Lua Nova**, São Paulo, 2007. p. 101-138.

HIRSCHMAN, Albert. O. **A Retórica da Intransigência:** perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais na organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000 [1978].

MATTOS, Marcelo Badaró. **Porque eu gosto das segundas-feiras**. Retirado de [https://www.facebook.com/permalink.php?id=137115506409219&story\\_fbid=395285050592262](https://www.facebook.com/permalink.php?id=137115506409219&story_fbid=395285050592262) em 18 de Junho de 2013a.

\_\_\_\_\_. **A multidão nas ruas**: construir a saída de esquerda para a crise política, antes que a reação imprima sua direção. Retirado de <http://www.acritica.org/2013/06/a-multidao-nas-ruas-construir-saida-de.html> em sexta-feira, 21 de junho de 2013b.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTTA, Sérgio. **BLACK BLOC** - A origem dos homens de preto. Observatório da Imprensa. Domingo, 06 de Agosto de 2013, edição nº 758.

NOBRE, Marcos Retirado de <http://www.youtube.com/watch?v=EZU0PFceYZg> em 20 de agosto de 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A polissêmica voz das ruas**. *O Estado de S. Paulo*, 22 jun. 2013.

NUNES, Charô. **Como feminista negra tenho basicamente duas opções. Conquistar espaços que me são hostis ou criar novas possibilidades**. Retirado de <http://www.geledes.org.br/em-debate/colunistas/20587-como-feminista-negra-tenho-basicamente-duas-opcoes-conquistar-espacos-que-me-sao-hostis-ou-criar-novas-possibilidades> em 21 Agosto 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & SOARES, Fernando Luis Monteiro. **Sejam realistas, exijamos ... que se vayan todos ... Pela reinvenção da política** In: Retirado de <https://www.facebook.com/notes/alberto-acosta/sejam-realistas-exijamos-que-se-vayan-todos-pela-reinven%C3%A7%C3%A3o-da-pol%C3%ADtica/10151509178271915> em 25 de junho de 2013.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma idéia. In: **OCCUPY: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boimtempo: Carta Maior, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. As exclusões da globalização: Pobres e negros. In: Ferreira, Antonio Mario (org.) **Na Própria Pele: Os Negros no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Corag, 2000, p. 09-21.

SOARES, Luiz Eduardo. **Entrevista a Ângela Faria** (Caderno Pensar, *Estado de Minas*, 22 jun. 2013a).

\_\_\_\_\_. **O que vem depois da queda da tarifa?** (Prosa & Verso, *O Globo*, 22 jun. 2013b).

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VAINER, Carlos. **MEGA-EVENTOS, MEGA-NEGÓCIOS, MEGA-PROTESTOS Uma Contribuição ao Debate sobre as Grandes Manifestações e as Perspectivas Políticas**. In: Retirado de <http://www.pdf.investintech.com/preview/b2b268d8-e2b5-11e2-a142-003048d80846/index.html> em 24/06/2013.

WEISSHEIMER, Marco. **Não há um “movimento” em disputa, mas uma multidão seqüestrada por facistas**. In: Retirado de <http://www.sul21.com.br/jornal/2013/06/nao-ha-um-movimento-em-disputa-mas-uma-multidao-sequestrada-por-fascistas/> em 26 de junho de 2013

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: **OCCUPY: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boimtempo: Carta Maior, 2012.